

Ao Excelentíssimo Senhor
Julio Garcia
Presidente da Assembleia Legislativa de SC

Assunto: Dificuldades enfrentadas pela cadeia produtiva do leite, no RS.

A Comissão de Agricultura, Pecuária, Pesca e Cooperativismo da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul realizou, na data de 24 de novembro de 2025, audiência pública que tratou sobre as dificuldades conjunturais que vive a cadeia da produção de leite do Estado. O evento contou com a presença de representantes dos setores da produção, de cooperativas, indústrias de laticínios, lideranças do Ministério da Agricultura, MDA, Conab, bem como de Secretarias estaduais e parlamentares.

A razão de tal debate decorre do fato de que, nos últimos meses, houve uma redução gradativa dos preços pagos pelas indústrias gaúchas aos produtores, resultando na inviabilidade produtiva do setor.

Destaca-se que a situação afeta produtores das pequenas e médias cooperativas e indústrias. Observamos, ainda, que essa realidade incide em todo o universo de produtores de leite do Estado, e no País, entretanto, com consequências mais impactantes aos produtores da agricultura familiar.

Oportuno mencionar que a atividade leiteira, no Rio Grande do Sul, é desenvolvida por, aproximadamente, 30 mil famílias de agricultores, com impacto econômico importante na economia de pequenos e médios municípios, bem como na manutenção de empregos a milhares de trabalhadores da indústria de laticínios.

No cenário de políticas públicas, o Brasil tem implementado medidas afirmativas e decisivas no que diz respeito à qualidade e segurança alimentar. Programas de aquisição de alimentos têm contribuído para que o País pudesse superar o mapa da fome e, nesse contexto, o leite consiste em alimento básico da população, especialmente para dirimir a desnutrição infantil.

Diante da problemática apresentada, entidades do setor e lideranças políticas se mobilizam no sentido de buscar alternativas e medidas de curto, médio e longo prazo, junto aos governos estadual e federal, para o enfrentamento da situação. Sobre esse aspecto, na audiência pública realizada foi definido um conjunto de propostas que serão debatidas e encaminhadas com os entes federal e estadual, no sentido de superação do problema enfrentado, tais como:

1. Utilização dos recursos do Fundoleite para implementação de iniciativas que visem superar o momento difícil enfrentado;
2. Compra de leite pelo governo federal, através da Conab, no Programa PAA;
3. Estimular os demais estados da federação a realizarem compras institucionais de derivados lácteos;
4. Alteração da política de preço mínimo, com elevação do atual valor de R\$ 1,88 por litro, como forma de viabilizar os PGPAF e PGPM;
5. Implementar mecanismos, através do MAPA e MDIC, no sentido de viabilizar medidas de proteção ao mercado interno;

6. Aperfeiçoar os mecanismos de averiguação da existência de *dumping nos produtos importados*;
7. *Reforçar o sistema de fiscalização dos órgãos federais sobre as indústrias no que refere à possibilidade de reidratação de leite em pó*;
8. Implementar diálogo com governo federal para a manutenção do Programa Mais Leite Saudável, que tem data prevista de encerramento em final do ano de 2026;
9. Renegociar e adiar dívidas de custeio e investimentos relacionadas à atividade leiteira, nos moldes do Desenrola 2;
10. Criação de linha de crédito específica com condições de juros adequadas aos produtores de leite;
11. Articulação das propostas com a Bancada federal gaúcha e ida de representantes do setor a Brasília para estabelecer diálogos com MAPA, MDA, MDIC, Ministério da Fazenda, Ministérios do Planejamento, Casa Civil;
12. Avaliar com a Conab a possibilidade de venda de milho com vistas à fabricação de ração, diretamente aos produtores;
13. Contato com as Assembleias Legislativas dos estados de Santa Catarina e do Paraná.

Respeitosamente,



Deputado Zé Nunes,
Presidente da Comissão de Agricultura, Pecuária,
Pesca e Cooperativismo-CAPPC.